



Quando desconhecidos tornam-se pais e filhos: a formação de vínculos na adoção tardia

When Strangers Become Parents and Children: Bonding in Late Adoption

Gabriela de Faria Resmini (orcid.org/0000-0002-6833-2904)¹

Monique Schwochow Silberfarb (orcid.org/0000-0002-4424-5005)²

Eduarda Lauryn Manoel Soares (orcid.org/0000-0002-2529-2359)³

Vitória Marchesan Savy (orcid.org/0000-0002-4773-3450)⁴

Giana Bitencourt Frizzo (orcid.org/0000-0001-8106-4441)⁵

Resumo

Este estudo buscou compreender, retrospectivamente, as experiências de formação de vínculos iniciais de famílias formadas por adoção tardia. A coleta de dados ocorreu por meio de grupo focal e de entrevistas semiestruturadas com pais e mães adotivos, com idades entre 36 e 56 anos, que adotaram crianças de 3 a 5 anos. A análise temática gerou cinco grandes temas: o início do vínculo, a sensação de insegurança, a busca de semelhanças, o desejo de devolver e as reações das crianças diante do processo de vinculação. Os participantes manifestaram satisfação com a adoção e com seus filhos. Enquanto suportaram as dificuldades iniciais, como comportamentos e verbalizações agressivas das crianças, gradualmente construíram o vínculo com seus filhos e experimentaram a sensação de tornarem-se pai e mãe. Este estudo avança em relação à literatura existente por explorar a experiência dos pais em casos de adoção tardia e sua percepção sobre a formação do vínculo.

Palavras-chave: Adoção tardia. Parentalidade adotiva. Vínculos na adoção.

Abstract

In this study, we sought to understand, retrospectively, the initial bonding experiences of families formed by late adoption. Participants were adoptive parents, aged 36 to 56 years, who had adopted children aged 3 to 5 years. Data collection was performed via a focus group and semi-structured interviews. The thematic analysis resulted in five main themes: the beginning of the bond, the feeling of insecurity, the search for similarities, the desire to return the

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: gabiresmini@gmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: moniqueschwochow@gmail.com

³ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: edlauryn@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: vitoria.savy@gmail.com

⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: gifrizzo@gmail.com

children, and the reactions of the children to the bonding process. As a result, participants expressed satisfaction with adoption and with their children. It was observed that, while the parents endured the initial difficulties, they gradually built the bond with their children and experienced the sensation of becoming parents. Notably, this study advances in relation to the existing literature by exploring the experience of parents in cases of late adoption.

Keywords: Late adoption. Adoptive parenting. Bonds in adoption.

A adoção é uma das formas possíveis de filiação que estabelece relações parentais entre pessoas que não têm vínculo biológico. É uma alternativa de constituição de família para crianças e adolescentes que, por diversos motivos, não puderam ser mantidos na sua família de origem. Além disso, é uma possibilidade de parentalidade para pessoas que não puderam gestar ou que optaram pela adoção (Palacios, 2007; Simões, 2014).

A experiência de adoção é capaz de alterar o curso do desenvolvimento das crianças envolvidas (Den Dries, Juffer, Ijzendoorn, & Bakermans–Kranenburg, 2009), que dependem da capacidade dos adultos de se vincularem a elas. Entre as possibilidades de adoção, configura-se como adoção tardia a adoção de crianças maiores de dois anos de idade (Levinzon, 2014). Nesses casos, a criança participa de forma ativa do processo, requerendo compreensão e flexibilidade de seus pais (Bicca & Grzybowski, 2014).

É importante lembrar que há um estigma social em relação à criança adotiva pela sua história prévia. Existe a preocupação de que os rompimentos iniciais deixam marcas que afetam seu desenvolvimento e, por isso, adoções tardias poderiam ser insatisfatórias para os pais pela expectativa de que o filho adotivo apresentaria dificuldades psicológicas, escolares e psiquiátricas. Em especial, há preocupação com a possibilidade de formação de vínculos de apego às novas figuras parentais (Ijzendoorn & Juffer, 2006).

As experiências prévias podem, em certa medida, diminuir as chances das crianças institucionalizadas de construírem relações de confiança com cuidadores, mas isso não significa que não tenham possibilidade de se vincular novamente. Sabe-se que privação afetiva é compreendida como um risco para o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional, em especial nos primeiros 36 meses de vida das crianças. Porém, a extensão dos efeitos da privação vai depender, além das negligências que a criança sofreu na família de origem, do

padrão de acolhimento e cuidado institucional que ela irá receber (Cavalcante & Magalhães, 2012).

Os estudos internacionais sobre os efeitos da privação e, posteriormente, da adoção no desenvolvimento infantil têm como base a teoria do apego (Juffer, Ijzendoorn, & Bakermans-Kranenburg, 2008; Pace, Zavattini, & Tambelli, 2015; Piermattei, Pace, Tambelli, D'Onofrio, & Di Folco, 2017; Den Dries *et al.*, 2009); entretanto, poucos estudos nacionais voltam-se para essa questão na adoção (Cavalcante & Magalhães, 2012).

Na teoria do apego (Bowlby, 1981), deparamo-nos com a premissa de que, na falta de um cuidador que ofereça uma base segura, o desenvolvimento da criança poderia vir a ser comprometido, com possíveis efeitos em longo prazo. Para o autor, uma ruptura no vínculo da criança com sua figura materna deveria ser reparada imediatamente para minimizar consequências. Em contrapartida, a adoção tem como base a ideia de que é possível a integração da criança em uma nova família e que ela pode ter um relacionamento satisfatório com as novas figuras parentais, melhorando, assim, seu desenvolvimento (Palacios, 2007). Para isso, os pais adotivos precisam oferecer uma base segura para que a criança possa reelaborar as rupturas dos seus primeiros laços de afeto. Inclusive, a literatura recente destaca que a função reparatória da adoção é um fator de proteção para o desenvolvimento de crianças que foram abandonadas, abusadas e/ou maltratadas (Piermattei *et al.*, 2017).

Na formação dos vínculos na adoção tardia, a criança é parte ativa no processo e demonstra certas reações nesse encontro com a nova família. Uma das reações é a facilidade que crianças institucionalizadas inicialmente podem demonstrar ao estabelecer novas relações com estranhos, fenômeno descrito por Den Dries, Ijzendoorn, Bakermans-Kranenburg, Alink (2012) como *indiscriminative friendliness*. Quando se aproxima mais, a criança pode buscar agradar os novos pais, com esforços em corresponder às expectativas para que não seja abandonada (Levinzon, 2014).

Ainda, como reflexo das possíveis dificuldades nas primeiras relações de apego, as crianças adotadas tardiamente podem ter comportamentos não esperados pelos pais adotivos, com o objetivo de testar a segurança do vínculo, como atos de desobediência e agressividade, buscando a certeza de que os pais não vão abandoná-las (Levinzon, 2014).

Além disso, apresentam, muitas vezes, comportamentos regressivos, ou seja, a criança passa a manifestar comportamentos que não seriam típicos da fase do desenvolvimento a qual pertence (Vargas, 2013).

Por parte dos pais, a literatura aponta que, depois de já concretizada a adoção, as famílias buscam encontrar semelhanças físicas entre o filho adotado e os membros da família substituta, o que para alguns autores pode ser entendido como a presença da valorização de laços biológicos (Levinzon, 2014). Essa valorização também repercute de outras formas na família, gerando fantasias. Muitos pais e pretendentes à adoção temem que os filhos adotados possam um dia buscar seus pais biológicos e que os laços sanguíneos entre eles possam ser mais fortes que o laço de afeto que construirão (Maux & Dutra, 2010; Palacios 2007). Se essas fantasias não forem trabalhadas, podem contribuir para que tenham dificuldades de impor limites aos filhos, devido ao medo de perdê-los (Levinzon, 2014; Maux & Dutra, 2010; Morelli, Scorsolini-Comin, & Santeiro, 2015).

Em muitos casos, esses comportamentos e fantasias, tanto das crianças quanto dos pais, ocorrem quando na família ainda não há a sensação de formação de um vínculo com aquela criança. Em casos mais extremos, quando existem dificuldades de vínculo, há o risco da devolução, termo ainda amplamente utilizado para explicar o que, na verdade, é um novo abandono e rejeição da criança ou adolescente, que perde mais uma vez uma família. Mesmo que não se conclua, a fantasia da devolução ou de novo abandono perpassa a relação de pais e filhos, uma vez que é inerente ao processo de adoção e revela um aspecto da ambivalência presente na parentalidade (Ghirardi, 2009).

Por outro lado, percebe-se, nos casos de adoção tardia bem-sucedidos descritos por Bicca e Grzybowski (2014), que os adotantes foram flexíveis e compreensivos com as dificuldades e necessidades dos filhos, muitas vezes frustrando suas próprias expectativas, mas sem culpabilizar a criança. Já nas famílias do estudo de Levy, Pinho e Faria (2009), a birra e o comportamento destrutivo foram interpretados como maldade, e não como uma reação compreensível na adaptação à nova família, resultando em abandono. Ainda, a dificuldade para lidar com frustrações e para conter a agressividade da criança apareceram como resultados de um estudo como alguns dos principais fatores apontados como potenciais antecessores da ruptura da adoção (Rossato & Falcke, 2017).

Como destacado, a adoção é uma experiência capaz de alterar o curso do desenvolvimento das crianças envolvidas (Den Dries *et al.*, 2009; Ijzendoorn & Juffer, 2006), e os casos de adoção tardia são marcados pela participação da criança de forma ativa do processo, requerendo compreensão e flexibilidade de seus pais (Bicca & Grzybowski, 2014). No frágil e delicado momento de adaptação dessas crianças com a família, a fantasia da devolução está presente e os sentimentos ambivalentes podem surgir (Ghirardi, 2009). Diante dessas afirmações, fica claro que são necessárias investigações empíricas sobre o tema para que se possa questionar os estigmas sociais que perpassam a adoção de crianças maiores. Para tanto, o presente estudo teve como objetivo investigar, retrospectivamente, as experiências de formação de vínculos iniciais de famílias formadas por adoção tardia.

Método

Participantes

Participaram deste estudo dois pais e quatro mães por adoção, totalizando quatro casos de adoção entre essas seis pessoas. A amostra foi composta por cuidadores parentais de idade entre 36 e 56 anos, que adotaram crianças de três a cinco anos que estavam convivendo com os filhos em um período entre um ano e sete meses a dois anos e quatro meses. A escolaridade dos participantes variou desde curso técnico até pós-graduação, e a renda familiar foi de três até 15 salários mínimos. Cinco das adoções eram consideradas inter-raciais. Todos os participantes integram o projeto “Transição para parentalidade adotiva: pesquisa e intervenção” (Frizzo *et al.*, 2016).

Tabela 1. Relação de participantes

Participante	Com quem adotou	Idade do filho na adoção	Tempo de convivência com a família	Instrumento utilizado**
P1 (mãe)	Adotou com o marido	4 anos e 5 meses	2 anos e 2 meses	GF
P2 (mãe)	Adotou com o marido	3 anos e 2 meses	1 ano e 7 meses	GF e EI
P3 (mãe)	Adotou sozinha	4 anos	1 ano e 9 meses	GF
P4 (mãe)	Adotou com o companheiro (P5)*	3 anos e 9 meses	1 ano e 7 meses	GF e EI

P5 (pai)	Adotou junto com a companheira (P4)*	3 anos e 9 meses	1 ano e 10 meses	EI
P6 (pai)	Adotou sozinho	5 anos 2 meses	2 anos e 4 meses	EI

Nota. GF= Grupo Focal; EI= Entrevista individual.

* Participantes 4 e 5 adotaram em conjunto, porém estavam separados havia seis meses na data do grupo focal.

** Alguns participantes participaram de entrevistas e outros do grupo focal, ou ambos.

Fonte: .

Não foram determinados critérios de inclusão relacionados às configurações familiares, mas foram estudadas apenas as adoções que foram realizadas pelas vias legais e que foram as primeiras nesses núcleos familiares. Ainda, não foram considerados os casos de adoções de grupo de irmãos ou de crianças com necessidades especiais. As famílias P3, P4, P5 e P6 tinham acompanhamento psicológico (pais, mães ou filhos). Todos os participantes já estavam com a sentença de adoção concluída, tornando-a irrevogável.

Delineamento e procedimentos

O presente estudo segue o delineamento qualitativo e exploratório (Robson, 2002), com o objetivo de compreender as experiências acerca da formação de vínculos de famílias formadas por adoção tardia, em particular buscando explorar as dificuldades encontradas. Priorizando a robustez e profundidade da análise, foi realizada a triangulação dos dados ao cruzarem-se dois métodos: o grupo focal e as entrevistas semiestruturadas (Savegnago & Arpini, 2016). Ainda, visando à qualidade do estudo, optou-se por realizar um grupo focal piloto para avaliar o roteiro elaborado, bem como a prática das técnicas de mediação e a decisão acerca dos critérios de inclusão de participantes. A partir desse piloto, ajustes foram realizados a fim de aperfeiçoar a coleta de dados. Para a composição do grupo focal, delimitou-se a idade das crianças para a faixa de três a cinco anos, a fim de anteceder o período escolar e suas particularidades. Também foi requerido tempo de convivência superior a seis meses, devido à consolidação dos vínculos, até essa etapa, observada entre os casos do grupo focal piloto, estar inconclusa.

Os participantes foram convidados para a pesquisa primeiramente pelo 2º Juizado de Infância e Juventude da Comarca de Porto Alegre-RS. Aqueles que aceitaram foram

contatados diretamente pelos pesquisadores, que explicaram a natureza, os objetivos, os procedimentos e demais aspectos éticos da pesquisa. Entre os interessados na pesquisa, quatro mães participaram do grupo focal (uma sessão com P1, P2, P3 e P4), duas mães e dois pais realizaram as entrevistas individuais (P2, P4, P5, P6). Duas mães participaram em ambos (P2 e P4).

O projeto do qual este estudo faz parte foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (Parecer nº 1.765.176). Os participantes, após concordarem em participar da pesquisa, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para o grupo focal ou entrevista individual. Os instrumentos utilizados foram o Questionário sobre o processo de adoção (Nufabe, 2016a), aplicado com o objetivo de delinear informações sociodemográficas e sobre o processo de adoção (do início à habilitação); o Roteiro de Grupo Focal, que abordou questões em relação à formação de vínculos na parentalidade adotiva; a Entrevista sobre transição para parentalidade no contexto da adoção após a chegada da criança (Nufabe, 2016b, adaptado de Chaves & Sperb, 2001), que visou compreender a experiência da parentalidade adotiva após a colocação da criança na família.

Análise de dados

As gravações tanto do grupo focal quanto das entrevistas foram transcritas e analisadas por meio da Análise Temática (Braun, Clarke, Hayfield, & Terry G, 2019). A análise temática foi escolhida por mostrar-se um método que permite identificar, analisar e reportar padrões (temas) de dados qualitativos. Após a imersão nos dados, foram produzidos códigos iniciais que foram organizados por similaridade, buscando padrões, temas e subtemas. Essa codificação sobre o material foi realizada por meio do software NVivo, versão 11, da QSR *International*.

Resultados

Como resultados da análise do presente estudo sobre as experiências de formação de vínculos iniciais de famílias adotivas, foram construídos os seguintes temas: o início do vínculo, a sensação de insegurança, a busca de semelhanças, o desejo de devolver e as reações das crianças diante do processo de vinculação. A seguir, os temas serão apresentados e ilustrados com relatos dos pais e mães.

O início do vínculo

No grupo focal e nas entrevistas, discutiu-se que a formação do vínculo inicia quando há o desejo de ter um filho, ou seja, antes mesmo de conhecê-lo. No entanto, o momento no qual cada participante sentiu-se vinculado à criança variou bastante. Uma das participantes do grupo focal sentiu-se vinculada ao filho no momento em que visualizou a foto do menino, destacando a importância desse acontecimento. Anteriormente, ela havia sido chamada para aproximação com outra criança e optou por não iniciar o processo, pois não se identificou. Já quando foi chamada novamente ao fórum e viu a foto do futuro filho, relatou que sentiu uma emoção muito forte, a qual descreveu como vínculo: “[...]quando eles me mostraram aquela fotinho na sala do fórum, eu me vinculei e esse é meu filho. [...] Então, assim, eu vou dizer, talvez seja petulância dizer isso, mas eu acho que meu vínculo foi ali, assim: é meu!” (P3, GF).⁶

Outra mãe descreveu que os sentimentos de amor pela filha foram construídos ao longo do tempo. Ela relatou que não sentia amor desde o início e com o tempo seu sentimento foi se construindo até chegar num amor muito intenso: “A intensidade do vínculo que se cria é uma coisa extraordinária. [...] Eu olhei pra foto da Suzana⁷ e eu me emocionei porque eu teria o caminho para construir. Mas hoje, quando eu abraço minha filha, eu sinto amor” (P2, GF).

De forma semelhante, outro pai, na entrevista individual, acreditava que a construção do vínculo e do amor com o filho deu-se aos poucos: “[...] se me perguntar, foi amor à

⁶ As falas serão identificadas ao longo do texto conforme a Tabela 1: Relação dos participantes.

⁷ Para preservar o anonimato, os nomes atribuídos às pessoas não correspondem ao verdadeiro.

primeira vista? Não, não foi. [...] As coisas vão se construindo, não é de uma hora pra outra. É questão de compartilhamento, segurança” (P6, EI).

Todos os pais e mães demonstraram que se sentiam vinculados com os filhos no momento das entrevistas e do grupo focal. Uma das mães, inclusive, destacou que considerava que o laço afetivo se sobrepunha à sensação de falta de laço sanguíneo: “[...] não é o sangue que cria o amor. O vínculo de amor, ele se estabelece. Às vezes eu fico pensando... poxa um desconhecido [o filho], com um pai que talvez morasse na rua, e agora é meu filho, tá na minha casa e é a coisa que eu mais amo nesse mundo” (P3, GF).

A sensação de insegurança

Pais e mães demonstraram inseguranças na formação do vínculo nos primeiros meses. No grupo focal, as mães discutiram que a facilidade que os filhos demonstraram de chamá-los de pai e de mãe também era vista como ameaçadora, como se os filhos pudessem mudar de ideia e escolher outros pais: “Eu tinha uma insegurança assustadora, que qualquer um que passasse e dissesse ‘vem comigo’, ela saísse. ‘Aquela ali é minha outra mãe, eu não quero mais essa’” (P4, GF).

Para outras mães, as crianças usavam meios de agradar os adultos como uma estratégia, e não como algo sincero.

Eu vejo que as crianças às vezes chegam “tia, eu te amo tanto”. [...] Eu acho que essas são estratégias que as crianças lá no abrigo acabam usando. (P3, GF).

Até a questão de eles já te olharem e dizer mamãe, papai. A Suzana, mesmo não querendo vir comigo, ela dizia para as outras: “essa é a mamãe”. Faz parte do *script* deles. (P2, GF).

Essa mesma mãe mantinha na bolsa a certidão provisória de guarda, que é dada durante o estágio de convivência, para comprovar o parentesco com a filha, devido à insegurança que tinha em relação ao julgamento dos outros ao sair na rua com a menina: “Mas eu tinha um certo pânico no começo de sair sozinha com a Suzana e ela me olhar e falar: ‘Tu não é minha mãe’. E daqui a pouco ela sair correndo [...]. Até a própria questão do

documento, eu andava com aquilo, neurótica: ‘Cadê a certidão provisória? Tá na bolsa?’” (P2, GF).

Alguns participantes, incluindo aqueles que foram entrevistados, trouxeram na fala expressões que denotam a ideia de diferença entre adotar e ter um filho, indicando insegurança no vínculo adotivo: “[...] Que deve ser também como o amor de uma mãe biológica, a gente nunca vai saber, né? A gente não teve filho (P3, GF).

A busca de semelhanças

A identificação por meio de semelhanças, especialmente aquelas relacionadas ao jeito de ser, esteve presente no discurso de alguns participantes. Para eles, parecia importante ressaltar as semelhanças que tinham com o filho:

Bom, meu pai dizia, ele faleceu agora já faz um ano, e dizia assim: “essa é a filha que tu teve e que deixou no orfanato”. Ela tem muita coisa de parecido comigo. Bom, isso eu acho que é raro. Ela é que nem eu. Quando eu era pequenininha eu era braba de sentar e ficar olhando e ela faz a mesma coisa. (P1, GF).

Para outra mãe, era uma surpresa como a filha estava ficando parecida com ela e com o pai: “Como fica parecido, né? Não fisicamente, mas o jeito dela, quando não é do Alberto, é o meu. É igual! Fala muito, é cheia dos argumentos [...] (P4, EI).

O desejo de devolver

As dificuldades encontradas no período depois da chegada do filho geraram reflexão por parte de alguns participantes a respeito da desistência da adoção, como relatado por um pai: “As reações dele nessas primeiras semanas foi de ‘vou devolver, não vai dar’” (P3, GF).

Esse desejo, em nenhum dos casos, foi concretizado. Também não foi relatado que estavam ainda presentes na época da coleta dos dados. No grupo focal, as mães debateram essa questão. Para duas delas, o desejo de devolver surgiu como resposta ao sofrimento e ao desespero que sentiram a partir dos comportamentos que os filhos tiveram: “Hoje eu não

me sinto culpada em dizer isso porque eu acho que é uma coisa que qualquer pessoa que está passando pelo desespero quer terminar com isso de alguma maneira” (P3, GF).

Para outra participante do grupo focal, esse desejo nunca surgiu. Segundo ela, a adoção era vista como irreversível. Essa percepção da devolução como algo inconcebível também apareceu para outra mãe, porém ela revelou que, em alguns momentos de desespero, desejou “matar” a filha.

[...] realmente nunca me passou pela cabeça a devolução. [...] Eu dizia, pra todo mundo, a gente pode ter uma vida de merda, ela me odiar e eu odiar ela, mas a gente vai ficar juntas, até quando ela puder aos 16 anos pegar a mala dela e ir embora, mas a gente vai continuar juntas e ela vai ser minha filha daqui pra frente. (P4, EI).

As reações das crianças durante o processo de vinculação

Na formação dos vínculos na adoção tardia, as reações das crianças são um fator importante a ser observado. Na maioria dos casos, pais e mães relataram um momento inicial de conquista, seguido por comportamentos difíceis de lidar para depois entrar num período mais crítico e de dificuldade, com comportamentos agressivos ou regressivos. Também foram relatadas verbalizações vistas como agressivas para maior parte dos pais e das mães. Exemplificando, uma mãe relatou: “Na primeira semana é uma maravilha. Na segunda começa a aparecer alguma coisa. Na terceira começou a ser enlouquecer” (P4, GF).

Por outro lado, a felicidade desse encontro fez duas mães não perceberem as reações dos filhos na época da chegada na família, mas hoje identificam: “Esses dias eu tava reparando nas primeiras fotos deles em casa, eu tava tão feliz com aquela chegada, eu não me dei conta. A Júlia tinha uma cara de pavor” (P4, GF).

Uma mãe relatou na entrevista individual que, no início, a filha se esforçava para agradá-la: “Quando ela chegou, lavava a mão, se limpava, dava descarga [...]. Veio os outros momentos e agora é uma criança totalmente normal, que não lava a mão, tem que dizer pra escovar os dentes, tem que dizer na hora de dormir” (P4, EI).

Depois desse momento de agradar aos pais e as mães, os filhos passaram a apresentar outras condutas. No grupo focal, as mães compartilharam os comportamentos mais difíceis enfrentados no período inicial de convivência. O choro esteve presente na fala

de duas mães (P1 e P2, GF) como a principal reação das crianças: uma das mães (P2) via o choro como um teste da filha, uma maneira de ela ver se a família a acolheria, e, para a outra mãe (P1, GF), o choro da sua filha estava relacionado à sua ausência. Ela seguia a mãe pela casa, tinha de estar onde a mãe estava e precisava falar com ela para se acalmar.

Duas mães (P2 e P4, GP e EI) comentaram que viam o comportamentos das filhas como parte do processo de adaptação que as próprias crianças também estavam passando. Elas concebiam que as crianças viviam pela primeira vez experiências que não tiveram oportunidade de viver por não ter uma família. De acordo com uma dessas mães, foi dito pelas psicólogas que acompanharam o estágio de convivência: “Ela vai chorar três anos da vida dela nesses primeiros meses. E agora ela tem pai e tem mãe e ela quer que vocês cuidem dela” (P2, GF).

Nas entrevistas individuais, dois pais (P5 e P6, EI) destacaram as birras como conflitivas. Um deles percebia a birra em maior intensidade e agressividade: “É, de birra, de mijar em cima da gente porque tava braba, sabe, de bater, de derrubar as coisas, de bater no gato” (P5, EI).

Para outras duas mães (P3 e P4, GF), a agressividade foi mais significativa que o choro nesse período. Elas relataram mordidas, puxões de cabelo, cuspidas, chutes, tapas, entre outros. Uma das participantes narrou que muitas vezes tinha de conter a filha, que tinha ataques em que machucava os pais e se machucava. Isso ocorria aproximadamente uma vez por semana até o quarto mês de convívio. Inclusive, ela e o companheiro decidiram filmar um desses eventos para provar que eles não estavam agredindo a filha.

Além desses comportamentos, as verbalizações vistas como hostis também foram vivenciadas na relação inicial com os filhos pela maior parte dos participantes (P2, P3, P4, P5 e P6, GF e EI). Houve, por parte das crianças, afirmações de que eles não eram seus pais de verdade, pedidos de retorno ao abrigo e/ou movimentos de fazer a mala para sair de casa (P2, GF). Um pai relatou que nas brigas eram comuns as expressões: “Tu não é o meu pai, tu não é a minha mãe” (P5, EI).

Outro pai relatou que eram habituais verbalizações agressivas por parte do filho: “Ele falava um monte de coisas, dizia que ia embora, que não queria ficar comigo. Não gostava de mim, que eu não era o pai dele” (P6, EI).

Uma mãe solteira percebeu que o filho tinha uma outra expectativa de família a qual ela não poderia cumprir, que seria um modelo mãe-pai-filho. As verbalizações de que ele queria outra família ou que queria um pai foram surgindo a partir do segundo mês de convivência, como relatou uma mãe: “[...] ‘Mãe, não dá pra gente ir lá no juiz e pedir o pai?’, ‘mãe, quero trocar’” (P3, GF).

Essas verbalizações eram sentidas pelos pais e mães como rechaço e eram ouvidos com dor e dificuldade. No entanto, conseguiam compreender esse tipo de comportamento como parte do processo que estavam passando, ou ainda como um teste. Após alguns meses, os pais e mães relataram que os comportamentos e verbalizações vistas como agressivas tenderam a reduzir em frequência. Em uma experiência narrada por um dos pais entrevistados, a fala da criança sobre a dor que sentia ao pensar nos pais biológicos ocasionou aproximação, apesar da dificuldade de suportar esses relatos:

É o que eu disse pra ele, “cara”, aí ele “pai eu sinto um aperto no coração quando eu penso nos meus pais”. Eu digo, “Esse aperto que tu tem, o pai nunca vai conseguir te ajudar. Isso é uma coisa tua. Não existe remédio pra isso. Como o pai de vez em quando tem um aperto por não ter conhecido o pai dele. Isso aí ou a gente aceita, atrapalha, convive. Vai tá sempre ali”. “Por que não?” “Tu vai sempre te questionar por isso. O pai pode te ajudar em qualquer coisa. Menos isso. Isso aí infelizmente é uma coisa tua. O pai te ajuda, paga a Laura,⁸ mas isso, a Laura vai te ajudar em algumas coisas, mas isso é uma coisa tua, tu vai ter que seguir pro resto da tua vida, ou quando tu encontrar eles, perguntar pra eles”. Então, é complicado. (P6, EI).

De forma geral, os participantes fizera relatos bastante diversificados em relação à experiência de vínculo, de quando sentiram amor pelo(a) filho(a) e quando sentiram-se pai ou mãe. Essa formação de vínculo pode ser percebida de forma direta, quando relataram momentos nos quais sentiram-se vinculados e nos quais sentiram-se pai ou mãe; ou ainda de forma indireta, pela busca de semelhanças com o(a) filho(a). Ainda, o processo de vinculação mostrou-se como um percurso permeado por inseguranças. Além disso, foram identificadas ambivalências que culminaram no desejo de devolver o filho. Os relatos parentais das reações das crianças no processo de vinculação destacaram-se por ilustrar os aspectos emocionais que envolvem o período de chegada da criança.

⁸ Psicóloga da criança.

Discussão

Nos casos analisados no presente estudo, pais e mães manifestaram satisfação com a adoção e com os filhos. Entretanto, também descreveram momentos de dificuldades, especialmente no período de adaptação inicial, no qual confrontaram suas expectativas em relação à realidade encontrada. Eles relataram que foi preciso lidar com reações adversas das crianças nessa etapa, tais como choro, birras, comportamentos e verbalizações agressivas. Ainda, alguns descreveram sentimentos ambivalentes, como desejo de devolver o filho. Enquanto suportavam as dificuldades iniciais, foram, gradualmente, construindo o vínculo com os filhos e experimentando a sensação de tornar-se pai e mãe.

Sobre o início do vínculo, sabe-se que a base da adoção é a construção da relação afetiva e não biológica. De acordo com Rampage *et al.* (2016), as famílias adotivas são concebidas pela convicção, pelo desejo de ter um filho e pelo encontro de duas histórias. Isso pôde ser identificado na descrição da adoção, feita por um participante, como um encontro entre dois estranhos que de um momento em para o outro tornam-se uma família. Da mesma forma, uma mãe relatou que se surpreendeu com o fato de que um desconhecido, a partir dos laços de afeto que estabeleceram, passou a ser aquele que mais ama no mundo.

O primeiro contato com o filho real, no processo judicial de adoção, se dá com o telefonema, no qual é informado que existe uma criança no perfil desejado por esses pais, que então vão até o juizado ver a foto e as informações sobre a personalidade, saúde e história familiar pregressa da criança. A partir da decisão de conhecê-la, os candidatos, então, iniciam a aproximação (Ladvocat, 2014). Para uma mãe entrevistada, esse momento ocorreu duas vezes. Na primeira vez, não conseguiu imaginar-se mãe daquela criança que fora apresentada. Já na segunda vez, quando viu a foto do menino que se tornou seu filho, sentiu emoções que para ela simbolizaram a formação de um vínculo. Em contrapartida, outra mãe descreveu que no primeiro encontro passou a chamar a criança de filha, mesmo não a vendo como tal. Essas diferentes reações em relação ao encontro com a criança demonstram a complexidade da vinculação na filiação adotiva.

Alguns pais identificaram o laço afetivo com o filho já no contato inicial, enquanto outros sentiram ausência de vínculo imediato, sendo esse, então, construído gradativamente. Os dados desta pesquisa vão ao encontro dos resultados da pesquisa de Goldberg, Moyer e Kinkler (2013), que identificaram que a natureza do processo de vinculação é individual e que, enquanto alguns participantes sentiram um vínculo forte e estável logo na chegada de seus filhos, outros descreveram um processo de vínculo inicial lento, particularmente afetado pela situação de choque de tornar-se pais bruscamente. Ainda, elas afirmaram a importância de se falar abertamente sobre as diferentes formas de vinculação, como forma dos pais e mães adotivos aceitarem mais tranquilamente seu próprio processo de ligação com os filhos.

Por vezes, houve uma sensação de insegurança por parte dos pais, que não foi dita de forma direta, mas percebidas por meio de algumas falas. Como exemplo, um participante questionou-se sobre uma distinção na relação de filiação adotiva, sugerindo que o adotar era diferente de ter um filho. Os pais e mães parecem ter trazido essa diferenciação como um lapso que revela uma dúvida comum na adoção: é possível a adoção fornecer vínculos tão fortes quanto os biológicos?

Questionamentos semelhantes foram relatados em outros estudos sobre parentalidade adotiva (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Sonogo & Lopes, 2009; Tasker & Wood, 2016). A incerteza foi revelada nessas pesquisas mediante expressões como: “Como se ela fosse minha” (Sonogo & Lopes, 2009), ou “Como se fosse nosso” (Tasker & Wood, 2016). Essa diferenciação também ficou clara em um estudo envolvendo uma adoção tardia no qual uma mãe, após a adoção de duas meninas, teve um filho biológico. Essa mãe demonstrou dificuldade de vincular-se às filhas adotivas, porém descreveu que com a maternidade biológica teve a sensação real do que é ser mãe (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007).

Tais asserções refletem certa insegurança quanto à veracidade e segurança desses vínculos, uma vez que os laços sanguíneos são mais valorizados socialmente. É comum que alguns pais busquem na adoção uma forma de imitar o modelo biológico e os vínculos consanguíneos (Silva, 2015). A necessidade de comparação à parentalidade biológica é

explicada por Schettini, Amazonas e Dias (2006) como um confronto com a diferença, como resultado há a produção de uma “identidade específica” da adoção.

O receio quanto à força dos vínculos biológicos também se revela, conforme a literatura revisada, a partir da resistência dos pais adotivos em lidar com a história prévia da criança com seus genitores (Morelli *et al.*, 2015; Schettini *et al.*, 2006; Torres, 2017). Nas entrevistas, ficou evidente que os pais adotivos falavam de forma aberta sobre a adoção com os filhos, respondendo a perguntas no limite do que pode ser compreendido para cada faixa etária. As narrativas ou verbalizações reativas das crianças foram vivenciadas com dificuldade, mas houve o enfrentamento dessas situações, que contribuiu para a formação do vínculo entre os pais e a criança adotiva. Por exemplo, um dos pais não apenas conseguiu acolher a história prévia do filho, como também estava disponível a com ele os recursos necessários para conseguir elaborá-la.

Outros sinais de vínculo de filiação foram ressaltados pelos pais que superaram a questão genética, por exemplo, as semelhanças encontradas com os filhos. Os traços de personalidade similares, para dois participantes, foram trazidos como se comprovasse uma filiação tal qual a genética. Segundo Ghirardi (2009), é necessário aos pais atribuírem algumas semelhanças nos filhos para buscar aquilo que é familiar. A busca por semelhanças físicas também ocorre na filiação biológica e pode ser entendida como um importante elo entre as gerações (Brazelton & Cramer, 1992).

Os momentos de insegurança com relação ao vínculo adotivo, somados às reações que os filhos tiveram no estágio de convivência, suscitaram sentimentos ambivalentes em boa parte dos pais entrevistados. Em especial, foi referido o desejo de abandonar o filho, ou, como referiram esses pais, “devolver”. Embora de fato a palavra “devolução” descreva um novo abandono, a permanência do uso dessa palavra, tanto na literatura, quanto entre técnicos judiciários e pais adotivos (Rossato & Falcke, 2017), denota uma diferença da vinculação na parentalidade adotiva em relação à biológica. Talvez pela visão, mencionada anteriormente, de que adotar é diferente de ter um filho, também se vê nesse processo alguma reversibilidade que não é vista após o parto pelas puérperas (Maldonado, 1976; Riede & Sartori, 2013).

Algumas mães sentiram desejo de devolver e buscaram soluções para esse conflito emocional. No entanto, chamou atenção nos resultados que uma das mães afirmou nunca ter tido esse desejo. Para ela, a adoção era irreversível. Em seu discurso, é possível observar que a ambivalência que sentia era dirigida num desejo momentâneo de “matar” a própria filha e não no desejo de devolvê-la, uma vez que para ela não teria volta a relação que estabeleceram. Mesmo visto como parte do processo, deve-se dar atenção aos sentimentos ambivalentes, pois quando as dificuldades com a adoção se sobrepõem umas às outras, podem tornar-se intensas e comprometer a continuidade do vínculo (Ghirardi, 2009). Do ponto de vista da criança, é conhecido que ela também teme a sua devolução e sabe que isso pode ocorrer, uma vez que já viveu experiências anteriores de abandono (Ghirardi, 2009; Ladvoat, 2014; Rossato & Falcke, 2017).

Assim como aponta a literatura (Ladvoat, 2014; Torres, 2017), os comportamentos agressivos e hostis fazem parte, também, de um rol descrito pelos participantes deste estudo como reações dos filhos em relação à adoção. A entrevista de grupo focal, em especial, parece ter facilitado o surgimento desses conteúdos relacionados ao comportamento das crianças de forma mais explícita. Assim como se observa na prática em grupos de apoio à adoção, o compartilhamento de experiência propicia um ambiente acolhedor e de suporte (Silva, 2014). Esses relatos tiveram semelhanças com um processo que foi descrito por Vargas (2013) em casos de adoção tardia, no qual a criança apresentava comportamentos que não seriam típicos da fase do desenvolvimento ao qual pertence.

Ainda sobre comportamentos, é importante entender que as ações de conquista remetem à necessidade inata dos seres humanos de formar vínculos (Bowlby, 1981). Nas crianças maiores, estes se manifestam quando apresentam um comportamento “ideal”, como descreveram os pais deste estudo. Nos primeiros dias em casa, os filhos tinham comportamentos irrepreensíveis e demonstraram ser “bem-educadas”. O’Neill (2004) chama essa postura das crianças adotadas de “comportamentos de bondade”. Porém, após o período inicial de conquista, algumas crianças apresentaram choro, birras e, ainda, agressões, a fim de testar a segurança desse vínculo.

Nesse processo, por vezes os adultos não conseguem identificar todas as necessidades emocionais dos filhos. Exemplo são os relatos das mães que, ao reverem as

fotos das crianças no dia da chegada em casa, identificaram a cara de assustados que eles estavam. Logo, é possível pensar que essas participantes conseguiram, em um momento posterior, demonstrar sensibilidade acerca das dificuldades que os filhos enfrentam no processo de vinculação, entendendo que a adaptação aconteceu de forma mútua. As crianças, assim como suas mães e pais, mostravam-se aflitos diante da transição para a família adotiva.

Outras referiram que lembravam que os filhos não conseguiam parar de checar sua presença, buscando segurança. As crianças adotivas têm marcas das separações que sofreram, e uma nova separação, mesmo que mínima, ameaça atualizar essas experiências (Hamad, 2002), suscitando emoções intensas (Bowlby, 2006) e resistência a novas adoções (Levy *et al.*, 2009).

Entre as principais reações, os adotantes descreveram comportamentos regressivos, como chorar excessivamente e fazer xixi na cama. Por regressão, entende-se a presença de comportamentos não mais pertencentes para faixa etária. Ou seja, na adoção, esses comportamentos podem ser vistos como o retorno ao estado imaginário de bebê, como se vivesse um segundo nascimento (Vargas, 2013). Além disso, pais e mães também deram destaque aos comportamentos e verbalizações agressivas manifestadas pelos filhos, confrontam o vínculo que está se construindo e, assim, podem ser interpretados como hostis pelos pais.

Com base na teoria do apego, Bowlby (2006, p. 98) assinalou que “muitas das mais intensas emoções humanas surgem durante a formação, manutenção, rompimento e renovação de vínculos emocionais”. Conforme o autor, as situações de ameaça de perda e de perda real podem gerar raiva, e a reação de agressividade desempenha papel importante na manutenção de vínculos, podendo agir como uma punição àqueles que não oferecem segurança. Vargas (2013) afirmou que os ataques das crianças, frequentemente, são na realidade dirigidos àqueles que as abandonaram. É relevante recordar que a criança pode reviver a ameaça de perda, presente na insegurança dessa nova relação e pode sofrer, também, com a perda dos vínculos que tinha na instituição de acolhimento.

Os rechaços que as crianças demonstraram por seus pais adotivos, inicialmente, podem ser vistos também como a busca de uma segurança. Como se ao dizer “você não é

meu pai/minha mãe” estivessem perguntando se são filhos de verdade. Estão em busca de uma base segura para desenvolver uma relação de apego e tensionam a relação “até quando aguentarem”, como identificou uma mãe neste estudo. Ou seja, a criança estava avaliando se naquela relação era seguro expressar seus sentimentos mais desagradáveis, desde tristeza a raiva. Isso muitas vezes é chamado de fase de teste (Levinzon, 2014). Mas, mais que um teste, os comportamentos agressivos das crianças podem ser a expressão emocional do desconforto produzido pelas vivências de perda que se confrontam com a necessidade e desejo de se vincular aos pais adotivos.

Se virem as birras, a agressividade e a rejeição como ataques pessoais, isso pode resultar num afastamento parental ou no fracasso em estabelecer vínculos intensos com o filho (Rampage *et al.*, 2016). Para esses autores, os pais devem ver o comportamento da criança como algo a ser resolvido e não como um sinal que a adoção está fracassando. Os pais e as mães desta amostra demonstraram ter possibilitado aos filhos uma base para vincularem-se, e suportaram as fases mais difíceis com empatia e flexibilidade. Eles conseguiram enxergar o comportamento dos filhos como reações próprias do processo difícil pelo qual estavam passando todos membros da família. Essa compreensão pôde ajudá-los a suportar tais dificuldades enquanto seguiram oferecendo à criança a base segura para a relação.

Considerações finais

Buscou-se investigar, no contexto da adoção tardia, de forma retrospectiva, as experiências de formação de vínculos iniciais em famílias adotivas. Percebeu-se que o vínculo inicia de forma diferente para cada um dos participantes, podendo ser consumado ao visualizar uma foto do futuro filho, ou também visto como uma construção, mas sempre relatado como um sentimento muito intenso, corroborando a literatura, que indica duas diferentes formações de vínculo inicial: forte e estável ou lenta (Goldberg *et al.*, 2013). A sensação de insegurança foi percebida pela distinção implícita da parentalidade adotiva em relação à biológica, igualmente observada em outros estudos (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Sonogo & Lopes, 2009; Tasker & Wood, 2016). Esse sentimento de instabilidade

também esteve presente durante o processo de adaptação, quando as crianças expressavam verbalmente seus desconfortos, muitas vezes desafiando os pais ao pedir para voltar para o abrigo ou afirmando que eles não eram seus pais e mães.

Além disso, os pais entrevistados descreveram as reações das crianças durante o processo de vinculação e foram relatados comportamentos mais intensos no início da convivência familiar, como agressividade (mordidas, tapas e chutes) e regressão (como falar como um bebê e enurese). É importante que os pais possam lidar com essas ações das crianças sem interpretá-las como ataques pessoais (Rampage *et al.*, 2016), mas sim como dificuldades relacionadas ao desafio de adaptação.

Ainda, foram relatados sentimentos ambivalentes, que são esperados na parentalidade, manifestados principalmente pelo desejo de devolução, ou seja, o desejo de abandonar o filho. Sobre a devolução, é importante destacar o papel dos profissionais que trabalham com famílias adotivas e o potencial que esses têm de intervir na instabilidade familiar antes que esta resulte na quebra da adoção (Brodzinsky & Smith, 2019). Destaca-se que no presente estudo alguns pais tiveram ajuda profissional de psicólogos, para eles próprios ou para seus filhos. A psicoterapia também pode contribuir para que os pais compreendam o processo que os filhos estão passando, com a percepção de que as crianças reagem ao processo de vinculação de diferentes formas. Por outro lado, também se deve relativizar que nem todos comportamentos são resultantes da adoção e que as crianças passam por transições no seu desenvolvimento que são desafiantes para as famílias em qualquer contexto.

Como o estudo explorou as experiências de forma retrospectiva, sugerimos que novos estudos explorem o tema de forma longitudinal, a fim de acompanhar a evolução do processo de vinculação. Outra limitação foi a análise da reação das crianças e a formação dos vínculos terem sido analisadas apenas a partir do relato dos pais e das mães. Outros estudos também poderão explorar de forma mais ampla a construção da parentalidade na adoção tardia, contemplando outras idades da criança e outras configurações familiares. O uso do grupo focal contribuiu para suscitar o debate e o compartilhamento de experiências entre as participantes desse estudo, e as entrevistas individuais exploraram, de forma mais

aprofundada, a experiência de cada participante. Por outro lado, o fato de a ferramenta de coleta não ter sido uniforme pode ter influenciado os resultados encontrados.

As conclusões deste estudo contribuem para a compreensão do processo de formação de vínculos no contexto da adoção tardia. São poucos os estudos que focaram na experiência dos pais na adoção tardia, em especial após a chegada da criança. Por isso, o presente artigo avança em discutir a experiência da parentalidade passados cerca de dois anos da adoção, salientando aspectos da construção e formação de vínculos.

Referências

- Bicca, A., & Grzybowski, L. S. (2014). Adoção tardia: percepções dos adotantes em relação aos períodos iniciais de adaptação. *Contextos Clínicos*, 7(2), 155-167. Recuperado de <https://doi.org/10.4013/ctc.2014.72.04>.
- Bowlby, J. (1981). *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (2006). *Formação e rompimento dos laços afetivos* (4a Ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Braun V., Clarke V., Hayfield N., & Terry G. (2019). Análise temática. In P. Liamputtong P. (Ed.) *Manual de Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais da Saúde* (pp. 843-860). Recuperado de https://doi.org/10.1007/978-981-10-5251-4_103.
- Brazelton, T. B. & Cramer, B. G. (1992). *As primeiras relações* (M. B. Cipolla, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Brodzinsky, D., & Smith, S. L. (2019). Commentary: Understanding Research, Policy, and Practice Issues in Adoption Instability. *Research on Social Work Practice*, 29(2), 185-194. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/1049731518782647>.
- Cavalcante, L. I. C., & Magalhães, C. M. C. (2012). Relações de apego no contexto da institucionalização na infância e da adoção tardia. *Psicologia Argumento*, 30(68), 75-85. Recuperado de <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=5885&dd99=view&dd98=pb>.
- Chaves, V. P., & Sperb, T. (2001). Entrevista com as famílias adotivas. Instituto de Psicologia - UFRGS, Porto Alegre. Instrumento não publicado.

- Costa, N. R., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425–434. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-79722007000300010>.
- Den Dries, L. van, Juffer, F., Ijzendoorn, M. H. van, & Bakermans-Kranenburg, M. J. (2009). Fostering Security? A Meta-Analysis of Attachment in Adopted Children. *Children and Youth Services Review*, 31(3), 410–421. Retrieved from <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2008.09.008>.
- Den Dries, L. van, Juffer, F., Ijzendoorn, M. H. van, Bakermans-Kranenburg, M. J., & Alink, L. R. A. (2012). Infants' Responsiveness, Attachment, and indiscriminate Friendliness after International Adoption from Institutions or Foster Care in China: Application of Emotional Availability Scales to Adoptive Families. *Development and Psychopathology*, 24(1), 49–64. Retrieved from <https://doi.org/10.1017/S0954579411000654>.
- Frizzo, G. B., Silva, P. S., Resmini, G. F., Schwochow, M. S., Leão, L. C. S., Levandowski, D. C., ... Chaves, V. P. (2016). Transição para a parentalidade adotiva: pesquisa e intervenção. Projeto de Pesquisa não publicado.
- Ghirardi, M. L. A. M. (2009). A devolução de crianças adotadas: ruptura do laço familiar. *Pediatria Moderna*, 45(2), 66–70. Recuperado de http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?fase=r003&id_materia=3988.
- Goldberg, A. E., Moyer, A. M., & Kinkler, L. A. (2013). Lesbian, Gay, and Heterosexual Adoptive Parents' Perceptions of Parental Bonding During Early Parenthood. *Couple and family psychology: research and Practice*, 2(2), 146–162. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1037/a0031834>
- Hamad, N. (2002). *A criança adotiva e suas famílias*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Ijzendoorn, M. H. van, & Juffer, F. (2006). The Emanuel Miller Memorial Lecture 2006: Adoption as intervention. Meta-analytic evidence for massive catch-up and plasticity in physical, socio-emotional, and cognitive development. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 47(12), 1228–1245. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2006.01675.x>

- Juffer, F., Ijzendoorn, M. H. van, & Bakermans–Kranenburg, M. J. (2008). Supporting Adoptive Families with Video–Feedback Intervention. In M. H. van F. Juffer, M. H. van Ijzendoorn & M. J. Bakermans–kranenburg. (Eds.). *Positive Parenting: An Attachment–Based Intervention* (pp. 139–153). New York: Lawrence Erlbaum Associates–Taylor & Francis Group.
- Ladvocat, C. (2014). Campo clínico e reparação na adoção. In C. Ladvocat & S. Diuana (Orgs.). *Guia de adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na família* (pp. 159–167). São Paulo: Editora Roca.
- Levinzon, G. K. (2014). *Tornando–se pais: a adoção em todos os seus passos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Levy, L., Pinho, P. G. R., & Faria, M. M. (2009). “Família é muito sofrimento”: um estudo de casos de “devolução” de crianças. *Psico*, 40(1), 58–63. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/3730>.
- Maldonado, M. T. (1976). *Psicologia da gravidez: parto e puerpério*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Maux, A. A. B., & Dutra, E. (2010). A adoção no Brasil: algumas reflexões. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(2), 356–372. Recuperado de <http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a05.pdf>.
- Morelli, A. B., Scorsolini–Comin, F., & Santeiro, T. V. (2015). O “lugar” do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. *Psicologia Clínica*, 27(1), 175–194. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/0103-56652015000100010>.
- Núcleo de Pesquisa e Intervenção em Família com Bebês e Crianças – Nufabe (2016a). Questionário sobre a adoção. Instrumento não publicado.
- Núcleo de Pesquisa e Intervenção em Família com Bebês e Crianças – Nufabe (2016b). Entrevista sobre transição para parentalidade no contexto da adoção após a chegada da criança. Instrumento não publicado.
- O’Neill, C. (2004). “I Remember the First Time I Went into Foster Care It’s a Long Story...”: Children, Permanent Parents, and Other Supportive Adults Talk About the Experience of Moving from one Family to Another. *Journal of Family Studies*, 10(2), 205–219. <https://doi.org/10.5172/jfs.327.10.2.205>

- Pace, C. S., Zavattini, G. C., & Tambelli, R. (2015). Does Family Drawing Assess Attachment Representations of Late-Adopted Children?: A Preliminary Report. *Child and Adolescent Mental Health, 20*(1), 26–33. <https://doi.org/10.1111/camh.12042>
- Palacios, J. (2007). Después de la adopción: necesidades y niveles de apoyo. *Anuario de Psicología, 38*(2), 181–198. Recuperado de <https://www.raco.cat/index.php/AnuarioPsicologia/article/view/74194/94358>.
- Piermattei, C., Pace, C. S., Tambelli, R., D’Onofrio, E., & Di Folco, S. (2017). Late Adoptions: Attachment Security and Emotional Availability in Mother–Child and Father–Child Dyads. *Journal of Child and Family Studies, 26*(8), 2114–2125. Retrieved from <https://doi.org/10.1007/s10826017-0732-6>.
- Riede, J. E., & Sartori, G. L. Z. (2017). *Adoção e os fatores de risco: do afeto à devolução das crianças e adolescentes. Perspectiva, 37*(138), 143–154. Recuperado de http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/138_354.pdf.
- Robson, C. (2002). *Real World Research: A Resource for Social Scientists and Practitioner-Researchers* (2nd ed.). Malden: Blackwell.
- Rampage, C., Eovaldi, M., Ma, C., Foy, C. W., Samuels, G. M., & Bloom, L. (2016). Famílias adotivas. In F. Walsh (Ed.). *Processos normativos da família: diversidade e complexidade* (pp. 222–246). Porto Alegre: Artmed.
- Rossato, J. G., & Falcke, D. (2017). Devolução de crianças adotadas: uma revisão integrativa da literatura. *Revista da SPAGESP, 18*(1), 128–139. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702017000100010&lng=pt&tlng=pt.
- Savegnago, S. D. O., & Arpini, D. M. (2016). Atravessamentos das histórias maternas na relação com filhos(as) adolescentes e a sexualidade. *Contextos Clínicos, 9*(2), 178–193. Recuperado de <https://doi.org/10.4013/ctc.2016.92.04>.
- Schettini, S. S. M., Amazonas, M. C. L. de A., & Dias, C. M. de S. B. (2006). Famílias adotivas: identidade e diferença. *Psicologia em Estudo, 11*(2), 285–293. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000200007>.

- Silva, M. B. T. A. (2014). Papel dos grupos de apoio à adoção na garantia do direito à convivência familiar. In C. Ladvocat & S. Diuana. (Orgs.). *Guia de adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na família* (pp. 65–77). São Paulo: Editora Roca.
- Silva, P. S. (2015). Os processos de habilitação para adoção segundo técnicos judiciários do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Simões, A. L. (2014). Projeto apadrinhar: uma alternativa para as institucionalizações. In C. Ladvocat & S. Diuana. (Orgs.). *Guia de adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na família* (p. 39–53). São Paulo: Editora Roca.
- Sonego, J. C., & Lopes, R. de C. S. (2009). A experiência da maternidade em mães adotivas. *Aletheia*, 29, 16–26. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n29/n29a03.pdf>.
- Tasker, F., & Wood, S. (2016). The Transition into Adoptive Parenthood: Adoption as a Process of Continued Unsafe Uncertainty when Family Scripts Collide. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 21(4), 520–535. Retrieved from <https://doi.org/10.1177/1359104516638911>.
- Torres, A. F. (2017). La reforma de la adopción cumple treinta años Thirty years since the adoption reform. *Revista Clínica Contemporánea*, 8(e13), 1–12. Recuperado de <https://www.revistaclinicacontemporanea.org/archivos/cc2017v8n2a2.pdf>.
- Vargas, M. M. (2013). *Adoção tardia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Recebido em: 18/10/2019

Aceito em: 20/5/2020